

ADOÇÃO: UM OLHAR AMBIENTAL NO PROCESSO SOCIAL

Nemar Gil Limeira Neto¹
Junior Cesar Mota²

¹ Pós-Graduado em
Educação Ambiental
pela - FURG

² Doutor em Educação
Ambiental na
Universidade
Federal do Rio
Grande - FURG

RESUMO

O presente artigo visa um olhar mais atento ao processo de adoção como uma forma de gestação às famílias e indivíduos, possibilitando a reflexão sobre as dificuldades históricas, sociais e culturais permeadas por todo esse processo. Como objetivo primordial para a constituição deste trabalho, entendo que se faz necessário propor a organização e sistematização de um Grupo de Apoio, para que funcione como ferramenta social. Como caminhos metodológicos, utiliza-se de uma pesquisa exploratória, em um projeto de ação que objetiva a construção de conhecimentos para aplicação prática no intuito de solucionar problemas específicos. Também serão fontes de dados, os relatos de campo, colhidos nos encontros presenciais que ocorrem mensalmente, no município de Estância Velha, e eventuais postagens, dos referidos observados, registrada em grupo do *WhatsApp*. A ideia é possibilitar um espaço de escuta inicial, para uma melhor compreensão dessas situações e dúvidas, e posteriormente permitir uma elaboração de um lugar de criação de conteúdos geradores de ações socioambientais. O grupo analisado é composto por cerca de 15 casais e um pai adotivo, além das cinco crianças já adotadas que presenciam as conversas e interagem entre si.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Adoção; Tecnologia Social.

ADOPTION: AN ENVIRONMENTAL LOOK AT THE SOCIAL PROCESS

ABSTRACT

This article aims to take a closer look at the adoption process as a form of pregnancy for families and, enabling reflection on the historical, social and cultural difficulties permeated by this entire process. As a primary objective for the constitution of this work, I understand that it is necessary to propose the organization and systematization of a Support Group, so that it works as a social tool. As methodological paths, it uses an exploratory research, in an action project that aims to build knowledge for application in order to solve specifics. Field reports, collected in face-to-face meetings that take place monthly in the municipality of Estância Velha, and posts, registered in a WhatsApp group, will also be data sources. The idea is to provide a space for initial listening, for a better understanding of these hypotheses and doubts, later to allow the preparation of a place to create content that generates social and environmental actions. The analyzed group is composed of about 15 couples and an adoptive father, in addition to the five children already adopted who witness the conversations and interact with each other.

Keywords: *Environmental Education; Adoption; Social Technology.*

1 INTRODUÇÃO

Olhar para o processo de adoção como uma gestação às famílias e indivíduos que se propõem a essa nobre decisão e escolha é possibilitar refletir sobre as dificuldades históricas, sociais e culturais que condicionam essa etapa. A partir disto, será abordado, neste trabalho, um breve histórico contextual da adoção no país, a fim de identificar quais os principais entraves, bem como verificar como e porque a adoção é realizada ao longo dos tempos. Na sequência, apresentar-se-á a realidade de um grupo de pessoas que se reúne para discutir, elucidar dúvidas e compartilhar experiências sobre a adoção na região do Vale do Sinos, sob a supervisão e apoio da ONG³ Instituto Amigos de Lucas.

O GAA - Grupo de Apoio à Adoção é uma iniciativa dos pais adotivos, que de forma voluntária, atuam na divulgação da cultura da adoção, auxiliam na prevenção do abandono, preparam adotantes e acompanham pais adotivos, encaminham crianças para a adoção e trabalham, principalmente, na conscientização das adoções necessárias, que se referem à adoção de crianças mais velhas, com necessidades especiais e inter-raciais.

Compreender o processo de adoção de crianças e adolescentes, hoje no Brasil, não como uma problemática, mas como uma potencial tecnologia social⁴, é uma tarefa que permite aos Educadores Ambientais atuarem, de forma conjunta com outros profissionais, em prol da formação de famílias, na sua constituição saudável e desejosa. Pensando que o papel do educador ambiental, na visão de Leff (2001), é justamente propor novos hábitos e novas posturas que garantam a “qualidade de vida” aos seres do planeta, gerando uma nova ética e racionalidade ambiental. São práticas sociais que transformam as estruturas do poder associadas à ordem econômica, permitindo assim, um potencial ambiental para a construção de uma racionalidade social alternativa (LEFF, 2001, p. 85).

Pensando nas possibilidades de atuação junto às famílias que buscam uma constituição familiar, no modelo de adoção, compreende-se que a proposta de reunir os candidatos a pais, e desmistificar o processo; fazê-los compreender os trâmites de forma transparente e em sua completude legal, bem como proporcionar espaços de fala e escuta a quem precisa se fazer acolhida para se sentir desejante como sujeito e a partir disso, poder desejar outro, e querer constituir uma outra família, se faz necessária por meio de Grupos de Apoio.

Por que ainda temos crianças e adolescentes aguardando por anos dentro de instituições, ao encontro de uma família, para que possa senti-la como sua e protegê-la, se temos muito mais pessoas querendo adotar do que crianças e adolescentes aguardando? Como é possível minimizar tal distanciamento de interesses por meio da Educação Ambiental? Qual a melhor maneira para

³ Organização Não Governamental. São todas as organizações, sem fins lucrativos, criadas por pessoas que trabalham de forma voluntária em prol de causas como a proteção do meio ambiente, defesa dos direitos humanos, erradicação do trabalho infantil entre outras. (Disponível em <www.significados.com.br/ong>. Acesso em: 10 out. 2018).

⁴ Conforme adotado pela RTS – Rede de Tecnologia Social, são técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas na interação com a população, que representam soluções para a inclusão social.

desmistificar os problemas da adoção, historicamente conhecidos?

Ciente dessas questões, e de que ainda vivemos períodos de pouca compreensão socioambiental em todas as esferas, entendo como fundamental o desenvolvimento de Grupos de Apoio, atuando na psicoeducação dos pais, dos profissionais de saúde mental (psicólogos e assistentes sociais) na busca da sustentabilidade do ser, assim como os burocratas (juiz, secretário de desenvolvimento social, escrivão e demais administrativos envolvidos).

Como objetivo primordial para a constituição deste trabalho, entendo que se faz necessário propor a organização e sistematização de um Grupo de Apoio, para que funcione como ferramenta social. Isso ocorre exclusivamente por falta de espaços para discutir sobre os desejos de uma constituição familiar, e agravado pela burocracia irresponsável de atores públicos que de forma descomprometida, não medem os impactos que um único dia de uma criança no aguardo de uma nova família, pode acarretar na sua formação como pessoa, e logicamente, na sua constituição como ser social. A fim de viabilizar a proposta de formação de um Grupo de Apoio, formal e contínuo, é preciso refletir esses objetivos específicos: sensibilizar o grupo para uma responsabilização do ato de adotar; identificar os principais mitos e dúvidas de quem pensa em adotar um filho (a); e promover o espaço de diálogo e escuta sensível acerca da necessidade socioambiental de acolher pessoas no seio familiar: adotar.

Pensando como seria possível alinhar as concepções epistemológicas, metodológicas e principalmente as vicissitudes da Educação Ambiental junto às práticas da Psicologia Social, percebo que a Educação Ambiental tem por premissa a pretensão holística e atua por essência, sim, na discussão de humanos com o ambiente. E, é exatamente por isso que me permito, trazer aqui, à luz do tema abordado, compreender como pode ser possível pensar uma ferramenta social de melhoria coletiva.

Buscando a sabedoria e compreensão de Lucie Sauvé (2003), que contribui em “Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental”, falando das diversas abordagens, em que ela mesma define como as diferentes maneiras de conceber e praticar a Educação Ambiental, percebemos que de forma cuidadosa em não hegemonizar, ela permite a livre escolha de cada pessoa e reconhecendo que os itinerários são (re)construídos pelas experiências dos sujeitos. Mauro Grün (1996) traz o conceito de holismo em ética ambiental e educação

ambiental, despertando a atenção para o poder crítico de nossas interpretações, evocando cuidados responsáveis e o despertar do sentido crítico de cada pessoa naquilo que lê, interpreta e vivência.

Pablo Ángel Meira-Cartea (2001), por meio do seu estudo sobre “A catástrofe do Prestige: leituras para uma educação ambiental na sociedade”, traz que a organização coletiva muda cenários indesejados e constrói um país. Com esse embasamento e coletivo de compreensões e referencial teórico é que penso ser importante refletir sobre a constituição de um espaço esclarecedor de dúvidas, fantasias, medos e principalmente esclarecedor de problemáticas burocrático administrativas que impedem que o processo de adoção seja simples, rápido e um momento de felicidade pela possibilidade que representa em constituir uma nova família.

Pensando na lógica de que o mundo passa por uma crise social, como nos descreve Mota (2016), é preciso não só buscar alternativas, mas raciocinar sobre os porquês e principalmente resgatar experiências emocionais positivas e a essência humana a partir da fenomenologia da percepção. Ainda de acordo com o autor, a discussão da estética da Educação Ambiental, se faz muito latente na contemporaneidade. E assim para compreender essa incapacidade social de mobilizar pessoas às suas próprias histórias de vida e ao meio em que vivem, percebemos que a educação já não é mais suficiente, pois priorizamos por muito tempo a intelectualização, e esse processo dessensibilizou o ser humano à sua própria compreensão coletiva, já que ela individualiza o ser.

E é com base no pensamento de Tavares (2009), que defino aqui que o trabalho de olhar para o processo de adoção como uma perspectiva ambiental, auxilia a compreensão do ambiente com muito mais amplitude conceitual. A autora descreve como sendo a atmosfera que circunda a vida do homem, assim como as demais vidas no seu entorno, pensando na lógica do coletivo como uma extensão do individual, do ecológico, do cultural e do afetivo. Essa atmosfera, porém, sofre também modificações com o tempo, e para isso se faz necessário uma postura educacional, para assim ser possível a reflexão e a problematização sobre a situação ambiental em sua complexidade.

2 O SOCIOAMBIENTAL NA ADOÇÃO

Existem hoje, no Brasil, 4.928 crianças e adolescentes aptas a serem adotadas, segundo pesquisa realizada no Cadastro Nacional de Adoção, em 20/09/2018, disponível no site do Conselho Nacional de Justiça⁵. Dessas, aproximadamente 16% encontram-se disponíveis no estado do Rio Grande do Sul. Ainda segundo a mesma pesquisa realizada com os pretendentes a adoção, estes somam 44.546. São quase

10 vezes mais, a quantia de pessoas interessadas na adoção, em relação à disponibilidade de crianças e adolescentes. Aproveitando o recorte do estado em que o trabalho está sendo realizado, só aqui no Rio Grande do Sul, são 6.310 pretendentes à adoção, o que torna o estado o segundo colocado no país em quantidade de pessoas interessadas nessa forma de constituição familiar, ficando atrás apenas de São Paulo com 10.437 pretendentes, cerca de 23,43% do total.

Mas, a adoção não é especificamente um fato único no país nem na história presente. Paiva (2004) e Weber (1999) trazem um breve histórico da adoção nas diferentes fases e afirmam que essa prática recebeu diversos significados, de religiosos à políticos, tendo sido valorizada ou não, variando de cultura e o modo de pensar de uma época. Os escritos bíblicos já carregavam histórias de adoção, como a de Moisés, que, aproximadamente por volta de 1250 a.C., em definição do então faraó, determinou que todas as crianças de origem israelita e do sexo masculino deveriam ser mortas tão logo nascessem. A mãe de Moisés decidiu lançá-lo em um cesto ao rio, na intenção que pudesse sobreviver. Pela ironia da história, a criança sobreviveu e foi encontrada pela filha do Faraó que o criou como seu filho. Mais tarde, ele cresceu e veio a se tornar o líder do povo hebreu. Na antiguidade, sua valorização esteve relacionada com a possibilidade de perpetuação do nome de uma família para aqueles que não tinham descendentes. Durante a Idade Média, por interferência da Igreja Católica, o processo de adoção passa a não ser bem visto, sob a justificativa de que poderia influenciar quanto ao reconhecimento

⁵ Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/cadastro-nacional-de-adoacao-cna>>. Acesso em: 20 set. 2021.

legal dos filhos adulterinos ou incestuosos. A adoção volta ao cenário social na Idade Moderna, já estando prevista no Código Civil.

É preciso compreender, conforme Weber (1999) nos relata, a influência histórica de uma cultura de valorização dos laços consanguíneos em detrimento dos laços afetivos, que permeou a Europa do século XVII e veio difundida na raiz dos imigrantes ao Brasil. Há, além disso, o medo dos pais adotivos de serem abandonados pelo filho e, principalmente, a dificuldade da revelação da história de vida ao filho adotivo. Esses pais, cujos filhos são adotivos, sentem-se inseguros sobre os vínculos afetivos desenvolvidos entre eles, trazendo à fantasia de que ao despertar do filho a conhecer os pais biológicos, ao ocorrer o encontro, a consanguinidade predomine e faça com que esse filho queira voltar-se ao seio da sua família biológica. Essa é uma insegurança que provém da interpretação que os pais adotivos fazem da adoção como uma espécie de interferência no fluxo natural da vida. Esse receio da rejeição é que leva à decisão da manutenção do segredo familiar, da não revelação da história de vida.

Outra consequência no dia a dia dessa nova constituição familiar é que essa possibilidade de troca do filho adotivo pelos pais biológicos dificulta a limitação e criação de regras no processo de educação desses filhos. Essa falsa percepção dos pais, é que agrava e difunde a ideia de que o filho adotivo é sinônimo de criança problemática e adolescente rebelde, conforme Schetinni Filho (1998) nos revela.

Vemos também que há situações em que quando um dos pais é infértil (ou ambos), e possui uma dificuldade em assumir tal condição, esconder a adoção pode ser compreendida como uma tentativa de silenciar a todos e a si mesmo, sobre a impossibilidade de gerar. Essa situação é descrita como um luto pela infertilidade, segundo Paiva (2004), e essa dificuldade de falar sobre, remete às incapacidades e frustrações.

Berthoud (1997), ao estudar o estabelecimento do vínculo mãe-filho nos casos de adoção, concluiu que em relação a casais inférteis, aqueles que conseguiram elaborar os conflitos da infertilidade, desenvolveram vínculo afetivo positivo com o filho adotivo, além também do estabelecimento do sentimento de pertencimento à maternidade/paternidade. Isso nos faz pensar que a qualidade dessa paternidade/maternidade independe de ser pai

biológico ou adotivo, mas do quanto de investimento e desejo se tem a esse filho.

Levinzon (2004) destaca a importância de se revelar e tornar natural na memória da criança, a verdade sobre sua história de vida. E essa naturalização, acaba por vir de forma espontânea, tão logo isso ocorra nas conversas familiares, trazendo a sensação de sempre ter-se sabido de tudo, evitando o caráter imponente e traumático do desvelamento de um segredo.

Num Brasil, que se apresenta com tamanho descaso social com as crianças e adolescentes, sem a mínima preocupação com o futuro e o asseguramento das condições básicas de saúde, educação e segurança, como podemos acreditar que esse país dará condições para que o processo de adoção seja visto com um olhar psico, sócio econômico, de grandes e profundas necessidades de atenção? Para que possamos compreender que país que estamos contextualizando, trago alguns dados para que se possa visualizar que tamanho descaso é esse:

- a. Somos aproximadamente 60 milhões de brasileiros na faixa de 0 a 17 anos de idade;
- b. Por hora, morrem 30 crianças com menos de um ano de vida;
- c. 60% das crianças brasileiras com menos de um ano, vivem em casas sem saneamento básico;
- d. Pouco mais da metade da população infanto-juvenil do país bebe água tratada e corrente em suas casas;
- e. Mais da metade da população brasileira vive com renda “per capita” de até meio salário mínimo;
- f. Aproximadamente 4 milhões de crianças de 7 a 14 anos, não frequentam a escola, principalmente em periferias e zonas rurais;
- g. De cada 100 crianças matriculadas no primeiro ano do ensino fundamental, 47 chegam ao 4º ano e apenas 20 concluem o ensino fundamental;
- h. 7,5 milhões de crianças e adolescentes, ajudam suas famílias na composição da renda, adentrando cada vez mais cedo ao mercado de trabalho;
- i. Expomos nossas crianças a doenças muitas vezes já erradicadas na maior parte do mundo, como malária (600 mil casos e 3 mil óbitos

por ano), mal de chagas, esquistossomose, moléstias controláveis por vacina (sarampo, difteria e tétano), dengue e cólera, AIDS, gastroenterite e doenças do aparelho respiratório; e O Nanismo chega a um histórico de 40% entre jovens entre 20 e 25 anos na área rural nordestina;

Os dados são de um relatório divulgado pelo IBGE, segundo o INESC (1999), e demonstram não só uma triste realidade quanto a uma incapacidade gerencial da população. A falta de dados mais atuais demonstra também o descaso com as informações e com a possibilidade de se pensar em ações preventivas e corretivas para alterar esse cenário.

Segundo Guirado (1980), os filhos adotivos representam apenas 1% dos filhos naturais (biológicos), o que retrata a incapacidade brasileira de pensar o instituto da adoção como uma ferramenta político social emergencial, assim como ocorrido na Europa, após duas grandes guerras mundiais.

Atualmente, sabemos que o trâmite burocrático e a ineficiência de diversos atores e agentes públicos prejudicam que o processo seja rápido e com resultados satisfatórios, tanto para os adotantes, quanto para quem aguarda em abrigos, de forma institucionalizada, a chegada de uma outra família. (WEBER, 1994).

Se compreendermos que a Lei 9.795/99, referente à PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental, já no seu artigo primeiro, entende a educação ambiental como:

[...] todo e qualquer processo pelo qual, o indivíduo e a coletividade, constroem valores sociais, conhecimentos e habilidades, atitudes e competências voltadas a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, p. 01).

A partir dessa citação, entenderíamos a importância, assegurada por lei, à qualidade de vida e à sua sustentabilidade, que muitas vezes são ignoradas por interesses políticos, individuais e/ou comerciais que sobrepõem a necessidade de cuidado e olhar a essa questão de abandono e incapacidade

social de acolher afetivamente filhos biológicos.

Na sequência da interpretação da PNEA, compreendo ser papel de todos os cidadãos, para cumprimento de suas obrigações legais, bem como papel social para manutenção do equilíbrio social, entendendo que a educação ambiental é “um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal” (BRASIL, 1999).

Além disso, como princípios básicos da educação ambiental, está preconizado o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo, bem como referenciado como objetivos fundamentais, o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos.

3 TROCANDO EXPERIÊNCIAS

Pensando nas possibilidades de atuação junto às famílias que buscam uma constituição familiar, no modelo de adoção, compreende-se que a proposta de reunir os candidatos a pais, e desmistificar o processo; fazê-los compreender os trâmites de forma transparente e em sua completude legal, bem como proporcionar espaços de fala e escuta a quem precisa se fazer acolhida para se sentir desejante como sujeito e a partir disso, poder desejar outro, e querer constituir uma nova família, se faz necessária por meio de Grupos de Apoio.

Scorsolini-Comin, Amato e Santos (2006) indicam temas relevantes para serem discutidos nos grupos: o medo da revelação, a angústia gerada pelo longo tempo de espera, a revolta com a burocracia da justiça brasileira, o medo de perder o filho para a família biológica, a adoção de bebês ou crianças pequenas, entre outros. Esses autores acreditam que o grupo rompe com a sensação do candidato de ser diferente, de estar sozinho nesse sofrimento, gerando melhoras na autoestima e redução de estigmas relacionados às

crianças a serem adotadas, e concluem que houve ampliação do repertório de significações sobre a adoção e a filiação.

Conforme a Angaad⁶ – Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção, os GAA's (Grupos de Apoio à Adoção), como conhecidos, são em sua maioria formados a partir da iniciativa de pais adotivos que trabalham, voluntariamente, na divulgação da cultura da adoção, na prevenção do abandono, e preparando adotantes e acompanhando pais nos pós adoção. Ajudam ainda no auxílio à reintegração familiar, na conscientização da sociedade sobre a legitimidade da família adotiva e, principalmente, no auxílio das buscas ativas de famílias para a adoção de crianças fora do perfil comumente desejado pelos candidatos (crianças de mais idade, com necessidades especiais ou inter-raciais).

O processo de adoção, não somente na perspectiva jurídica, é preciso ser visto como uma adoção recíproca, no sentido de mútua constituição. Segundo Maldonado (2001), é necessário, mais do que a entrega, uma verdadeira doação de dedicação e sentimentos para que esse processo seja, obviamente, marcado por relações bem-sucedidas, de mútua construção de sonhos e compartilhamento das possíveis frustrações a serem vivenciadas.

Essa condição, de tornar-se pais adotivos, implica elaborar as fantasias, crenças, valores, expectativas e desejos sob à parentalidade. E essa etapa de elaboração, refletirá na maneira como os futuros pais irão construir seu lugar e encarar sua nova família, verificando se tentarão reproduzir o modelo de família biológica, por meio de um processo de identificação com a criança. Esse processo passa por uma busca de semelhanças físicas e da anulação da história de vida pregressa desse filho adotivo, ou se serão encontradas outras possibilidades para a inserção da criança ou adolescente no imaginário parental, que permitam a elaboração do luto do filho não-nascido de forma biológica, porém concebido no simbólico e adotado afetivamente (SANTOS, 2004).

O processo de adoção pode ser doloroso e difícil para as crianças e adolescentes, que já veem com um abandono em suas histórias de vida, podendo ou não serem adotadas, o que gera angústia e sofrimento. Tais sintomas, são

⁶ Disponível em: <<http://www.angaad.org.br/o-que-e-um-grupo-de-apoio-a-adocao-gaa/>>. Acesso em 12 out. 2021.

responsáveis por ativar mecanismos de defesa, atuando nesse sujeito como carência afetiva, agressividade, dificuldade em criar laços afetivos (SILVA, 2015). Mas não é somente para quem aguarda a inserção em uma nova família, que o processo de adoção atinge.

Os pais candidatos, também, trazem consigo um tensionamento repleto de esperanças, curiosidades e preocupações. Silva (2015) sugere, ainda, ser fundamental a esses candidatos a pais, terem a oportunidade de receberem suporte psicológico por todo o período em que estão no aguardo da adoção, pois entende que esses pais estão “grávidos emocionalmente”, e por isso precisam ser tratados da devida forma, recebendo suporte profissional para orientá-los, para que, assim, possam enfrentar seus medos e angústias vivenciados durante esse período. E um acompanhamento de aprendizagem social contribui para o reconhecimento das reais motivações à adoção.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A fim de verificar o problema anteriormente explicitado e verificar as possibilidades de compreensão do processo de adoção como um processo natural de constituição familiar, sob um olhar menos burocrático e judicial e mais de saúde e compreensão psicossocial, o presente trabalho utiliza-se de uma pesquisa exploratória. Conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 127), a pesquisa exploratória “visa a proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou construindo hipóteses sobre ele”, podendo, assim, se apropriar mais sobre o assunto estudado. No que se refere à natureza do trabalho, trata-se de um projeto de ação que objetiva construir conhecimentos para aplicação prática no intuito de solucionar problemas específicos. Também serão fontes de dados, os relatos de campo, colhidos nos encontros presenciais que ocorrem mensalmente (últimas sextas-feiras de cada mês) e eventuais postagens, dos referidos observados, registrada em grupo do WhatsApp⁷. A ideia é possibilitar um espaço de escuta inicial, para uma me-

lhor compreensão dessas situações e dúvidas, e posteriormente permitir uma elaboração de um lugar de criação de conteúdos geradores de ações socioambientais. Além disto, ao permitir orientar e difundir informações que possam gerar o desejo e estabelecer o conhecimento necessário para compreender a importância da adoção, compreender a necessidade de amar, e a essência de acolher um ser para constituir não só uma família, mas uma sociedade mais igualitária e justa.

Atualmente o Grupo, está sendo composto por cerca de 15 casais e um pai adotivo, além das cinco crianças já adotadas que presenciam as conversas e interação entre si. O grupo também é composto pela presidente do Instituto Amigos de Lucas. O grupo tem tido uma adesão mensal de novos participantes desde sua criação, há 1 ano.

A seguir, será trazida uma breve contextualização histórica da adoção no Brasil, bem como dados que demonstram a atual situação das crianças e adolescentes no aguardo jurídico para inserção em outra família. Também será visto, a importância da preparação das pessoas, na sua sensibilização e informação, adentrando grupos de apoio à adoção, e utilizando-os como ferramenta de tecnologia social.

A escolha do grupo se deu de forma bastante interessante, pois dos municípios da região metropolitana de Porto Alegre – RS, o município de Estância Velha, era o único sem histórico de adoções nos últimos 10 anos. Não havia crianças sendo habilitadas no município, o que suscitou o questionamento se o trabalho assistencial social do município era muito bom, a ponto de não permitir crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, ou havia um entrave jurídico para justificar essa ausência de adoções. Inclusive, as últimas adoções realizadas até então, não eram de pessoas residentes do município, o que despertou ainda mais o interesse no conhecimento da questão socioambiental apresentada. Concomitante, o Tribunal de Justiça do estado, resolveu criar uma vara cível, especificamente para tratar das demandas de vara de família, justamente por compreender que havia muitos casos parados e sem a devida atenção. Tão logo da nomeação da nova juíza para o cargo, os processos de adoção passaram a serem atualizados e movimentou

⁷ Aplicativo de celular e smartphone que permite uma comunicação instantânea entre pessoas, com recursos de envio e recebimento de arquivos de áudio, vídeo, fotos e documentos.

muito a fila do CNA - Cadastro Nacional de Adoção. Tal demanda gerou a necessidade de organização das famílias para reiniciar todos o processo de habilitação, o que trouxe a vinda do Instituto Amigos de Lucas, para formar um Grupo de Apoio à Adoção e assim iniciar as atividades de preparação em julho de 2018. Estar presente com o grupo, na forma de observador, desde o princípio, permitiu ter uma clareza das reais demandas de informação que o grupo demandava no momento. Esse acompanhamento permitiu também a elaboração de um plano de ação mais realista e condizente com as realidades encontradas dos candidatos a pais adotivos.

A fim de viabilizar a proposta de formação de um Grupo de Apoio, formal e contínuo, é preciso refletir esses objetivos específicos:

- a. sensibilizar o Grupo para uma responsabilização do ato de adotar;
- b. identificar os principais mitos e dúvidas de quem pensa em adotar um filho (a); e
- c. promover o espaço de diálogo e escuta sensível acerca da necessidade socioambiental de acolher pessoas no seio familiar: adotar.

A participação no grupo iniciou no dia 27/07/18, na Secretaria de Educação de Estância Velha, às 19 horas, com a participação da Assistente Social do Município, da Presidente do Instituto Amigos de Lucas, das famílias e de pessoas em busca da habilitação à adoção. A atividade aqui relatada ocorreu somente 8 meses após, no dia 29 de março de 2019, no auditório da escola de educação infantil Tudo Junto e Misturado, no mesmo município, com a participação dos já citados integrantes e mais a participação de outras 10 pessoas em busca da habilitação à adoção.

Após oito meses de acompanhamento, muito mais focado na compreensão do grupo, do seu funcionamento e buscando estruturar como seria possível realizar uma inserção positiva, recebi a oportunidade de falar com o grupo sobre Depressão pós adoção.

O convite surge de um organizador responsável que propõe que eu traga ao grupo a compreensão da psicologia sobre o processo de Depressão, após a fala da sua esposa e também organizadora, que vem em processo de tratamento há alguns meses.

Na sequência do relato da participante sobre sua experiência na pato-

logia referida, pós adoção de três crianças, iniciei a primeira atividade, elucidando ao grupo alguns conceitos da patologia, desmistificando mitos sociais e realizando algumas provocações para que pudessem pensar sobre o processo de adoção. Como demonstrado na figura 1, é possível verificar a roda de conversas estabelecida para abordar sobre o tema com os participantes.



Figura 1 – Palestra sobre Depressão pós-adoção
Fonte: Jornalista / Bruna Klassmann (2019).

Trouxe dados de mortalidade que puderam comprovar a complexidade e a gravidade da doença e o quanto ainda é difícil o diagnóstico rápido e o tratamento adequado às pessoas portadoras da Depressão. Mas como o tema proposto pelo grupo, foi “Depressão pós adoção”, iniciei questionando-os sobre depressão em quem eles pensaram ao propor o tema: Na mãe adotiva? Nos filhos adotivos? Nos pais? Ou nos pais biológicos?

De cara o grupo já manifestou certo constrangimento em não ter pensado nas demais possibilidades, já que indicaram ter pensado somente na depressão nas mães adotivas. Fiz uma correlação com o processo de adoecimento nos processos de gestação biológica.

Para realizar também uma compreensão da adoção como um processo importante e salutar, socioambientalmente, propus que pensassem em quantos ali eram filhos adotivos, antes de se tornarem candidatos a pais adotivos. Três pessoas se manifestaram, e relataram serem de fato filhos adotivos por

vias legais, e por isso estão em busca da adoção como também uma forma de retribuição social. Todos os demais, manifestaram serem filhos biológicos. Expliquei que seria necessário desconstruir alguns conceitos para compreender que todos, inclusive eu, somos filhos biológicos e adotivos.

O conceito de filiação é um construto social e, portanto, a reprodução em si, gera a multiplicação e a perpetuação natural da espécie, ou seja, gera novos indivíduos biológicos, como todos nós. Mas para sermos de fato filhos, na condição que conhecemos, criados com afeto, desejo e amor, precisamos adotar afetivamente esse novo ser. E esse processo se dá o nome de adoção afetiva. Depositamos emocionalmente desejos e projeções afetivas nessa criança e ela se sente adotada por nós, e esse processo indifere da origem biológica, que muitas vezes foi inviabilizada essa adoção afetiva pelos próprios pais biológicos, seja por morte, por vulnerabilidade social, drogadição, adoecimento psíquico, destituição jurídica, contexto social de guerra e incapacidade econômico financeira.

A surpresa do grupo foi tamanha que muitos manifestaram no coletivo, que se todas as pessoas soubessem disso, não seriam tão preconceituosas com a adoção e talvez não sofreriam tanto nesse processo.

Apresentei ao grupo também a necessidade de compreender as dores que causam a todos os envolvidos. Que os pais biológicos que precisam abandonar seus filhos e disponibilizá-los à adoção, também precisam tratar um luto, carregado muitas vezes de culpa. Que os pais adotivos, que estão na busca pela habilitação por incapacidade de gerar filhos biológicos, precisam compreender o luto do filho que não puderam ter, para somente depois poderem adotar afetivamente um filho, sob pena de entrarem em um processo de adoecimento depressivo crônico. Os filhos, agora colocados à disposição para serem adotados, precisam compreender seu luto da perda dos pais biológicos.

A atividade foi encerrada após três horas de inserção, e com um resultado extremamente satisfatório, já que gerou uma participação intensa e logo após, manifestações de agradecimento.

A atividade 2, foi realizada no dia 26 de abril, e foi projetada para atender as crianças, filhas adotivas dos participantes do grupo. Os pais tiveram a reunião de preparação à adoção, com a palestra sobre os 180 dias após a

adoção, em que um casal participante trouxe suas expectativas e percepções na nova etapa, compartilhando sua história. Enquanto isso, com as crianças, propus a realização da construção de fantoches e na sequência a preparação para que cada um pudesse apresentar seu personagem criado e contar a história de vida deles. A intenção é que além de estimulá-los a fantasiar suas próprias histórias de vida, que fosse permitido, ao usarem os fantoches, eles poderem falar de si mesmos, sem o peso das emoções, além de permitir que pudessem ressignificar suas histórias de vida, apenas ao fazer a apresentação.



Figura 2 – Teatro de Fantoches
Fonte: Acervo do autor (2019).

Com essa atividade, também foi pensado que uma pessoa que conhece a si, reconhece seu lugar no mundo e suas responsabilidades para com esse lugar. Como são crianças que estiveram, em média, institucionalizadas por um período superior a três anos em abrigos, a capacidade de permanecerem concentradas, se faz de forma muito reduzida e por pouco tempo. Porém ao propor a atividade, eles demonstraram interesse em realizar a tarefa, inclusive muito rápido, para que se pudesse ter mais tempo de trocas de experiências.

Como a ideia era registrar com imagens essas percepções das crianças, as cinco presentes nesse encontro, solicitaram que fosse utilizada a câmera

para que elas fizessem um vídeo ao seus pais, dizendo o quanto o amavam e eram gratas pelo novo lar e pela família que eles agora formam. O grupo, com muita espontaneidade, iniciou, um a um, o registro dessas falas individuais, o que me fez pensar o quanto a atividade os permitiu compreender que era possível falarem de si, de suas histórias, sem culpas e sem vergonhas, e agora tão rapidamente, estabeleceram uma compreensão de que podem falar de sentimentos; que podem sentir-se famílias, sem a culpa do abandono primário e podendo amar seus novos lugares sociais e constituírem-se como sujeitos nesse mundo.

A atividade os deixou muito à vontade, e questionaram se eu não poderia ficar mais vezes com eles, ao invés de conversar somente com os adultos, pois assim poderíamos fazer outras atividades. Surpreso com a proposta, resolvi explorar e deixá-los pensar sobre esse espaço e momento com eles e durante a escuta, propuseram falarmos da história do Harry Potter. Eu nunca havia lido os livros, nem tampouco assistido aos filmes, e ao chegar em casa resolvi pesquisar. Para minha surpresa, o personagem principal é uma criança órfã, que vai para um local onde muitas outras crianças vão para estudar, aprender a interagir com as demais e desenvolver seus poderes. Alguns dos cuidadores deste local, uma escola de magia, são adultos malvados. Na hora associei esse romance inglês à própria história de vida das crianças, que também se tornaram órfãs e num lar de crianças (abrigo), precisam aprender a se relacionar com o mundo e desenvolver defesas para suportarem muitas vezes essas rejeições sociais, e compreender seus lugares na sociedade.

Realizar a atividade com as crianças, permitiu compreender que, não somente os pais, necessitam de preparação para a adoção. Elas mesmas necessitam de muita preparação nos lares, durante o período em que o trâmite da destituição familiar não ocorre efetivamente, e enquanto não for localizado um perfil de pai/mãe para elas. Como essas crianças, ainda estão em um processo recente de adoção, há um risco muito grande de não adaptação delas ao novo lar, e por vezes dos pais à essas crianças, gerando uma devolutiva ao lar. Por isso ter um olhar mais sensível, também com elas, pode propiciar uma redução de conflitos e uma compreensão dessas crianças frente às diferenças do funcionamento dessas novas famílias em relação às suas experiências de vida anteriores (biológicas).

A atividade 3 foi realizada no dia 31 de maio. Por convite de mães integrantes do GAA, que são acadêmicas do curso técnico de enfermagem do SENAI de São Leopoldo – RS, fui solicitado a falar sobre a importância do cuidado com a mulher no âmbito da adoção. A ação, pertencente aos eventos comemorativos em alusão ao mês da enfermagem, foi para mim, a prova do reconhecimento do trabalho de sensibilização social desenvolvido no grupo, ao longo dos últimos 12 meses. No evento, os participantes, em geral muito heterogêneos, já que havia a comunidade local, pais e demais familiares dos alunos, profissionais da saúde e corpo docente e discente da instituição, puderam discutir sobre as principais angústias das mulheres no pós parto, enquanto eu elucidava dúvidas, também correlacionava com o processo de gestação burocrática que é a adoção e juntos fizemos uma ressignificação dos lugares sociais das pessoas no desejo de maternar.

O espaço, foi muito rico, pois ouvimos da comunidade, que não está envolvida no mundo da adoção, diversas fantasias que as próprias mães que estão, também compartilham. Percebemos juntos que, não há significativas diferenças psíquicas de quem está gestante biológica e quem está gestante burocrática. Foi possível elucidar os mitos das duas gestações, que permeiam o imaginário social e desconstruir conceitos de que comportamentos são advindos exclusivamente pela via do biológico (transgeracional) e não também pela experiência social vivida.

Na figura 3, vê-se parte da discussão realizada durante o evento, sendo possível verificar o público presente.



Figura 3 – Palestra no SENAC São Leopoldo - RS
Fonte: SENAC São Leopoldo.

A presença massiva e a participação de integrantes que já efetuaram a adoção, se mantendo presentes no grupo, demonstra o quanto ainda sentem a necessidade de compreender o processo, de que realmente não é somente uma etapa burocrática que ocorre sem prazos no âmbito jurídico, mas que necessita sensibilização e troca de informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de compreender de que forma Educador Ambiental pode trabalhar, no sentido de ser também um agente decisivo no processo de adoção menos burocrática e mais desejosa, com a construção desse artigo, foi possível adentrar o tema adoção e mais do que isso, estudar e vivenciar as expe-

riências de todos os envolvidos nesse âmbito. Ficou evidente que a adoção ainda é um processo que se inicia e tramita sobre todos os aspectos no seio jurídico. Essa via por onde se realiza, impossibilita, muitas vezes, o olhar da saúde, a preocupação com as crianças e adolescentes institucionalizados e por vezes negligenciados por incapacidades do poder público, e também o olhar para a saúde desses pais candidatos à adoção. A atuação dos profissionais envolvidos se restringe ao fornecimento de opiniões técnicas, que ao final agregam uma pasta de papel. E esse tempo de tramitação jurídica desconsidera que nesse espaço há crianças e adolescentes em desenvolvimento humano e emocional e que estão crescendo sem poder estabelecer o sentido social mais importante, que é o de se sentir pertencente a uma família. Muitas vezes, elas passaram por abandonos, muito cedo, e não possuem um tratamento adequado, considerando os aspectos de sua saúde mental.

Também não está sendo possível cuidar desses pais que gestam. E que gestam “no escuro” e sem saber o tempo de gestação. Mas ainda é preciso uma mudança significativa no comportamento social, no que tange à compreensão da constituição familiar. E é aí, que percebemos a falta de uma política pública que assegure um acompanhamento a fim de estimular, sensibilizar e preparar as pessoas para essa etapa da vida. Na constituição familiar, pela via burocrática, essa gestação perpassa por um Fórum, judicializando um desejo.

O tempo de uma gestação biológica, leva em torno de 40 semanas. Sendo aqui inviável afirmarmos que, na gestação burocrática, esse prazo será igual ou próximo, pois, conforme citado por Silva (2015) e Taborda (2014), a experiência, tem demonstrado que há pessoas no aguardo para a etapa de aproximação, há cerca de 5 a 10 anos, bem como casos em que esse período gestacional é muito inferior, podendo levar dias ou poucas semanas. Esses prazos, na via burocrática, dependem de diversos fatores, mas o principal determinante para ser tão mais lento, se dá pelo fato do perfil desejado.

Na gestação biológica, as mães, além de acompanhadas, têm a oportunidade de visualizar o desenvolvimento do filho, já ali presente em si. Na gestação burocrática, o número do processo não garante, que periodicamente possa ser acompanhado a evolução desse processo, junto ao fórum. São profissionais administrativos, que sem o devido trato, não conseguem atender às expectativas das famílias adotantes.

É preciso, se fazer presente nos grupos de apoio à adoção, que hoje, surgem por iniciativas das pessoas que já adotaram, justamente por sentirem falta de espaço de fala e escuta.

É fundamental um olhar profissional a todos os envolvidos na adoção, como forma de prevenir problemas no estabelecimento de vínculos familiares, à construção e desenvolvimento emocional e à saúde mental dos pais e filhos adotivos, e sanar toda e qualquer possibilidade de processos de adoecimentos acometidos aos envolvidos nesse processo. A compreensão, ainda das questões emocionais advindas de um processo de adoção, como uma gestação burocrática, provém da necessidade de um olhar de um profissional que contemple essas dores e sentimentos, expectativas e frustrações, podendo ser um agente de mudança e melhoria nos processos de adoção.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-IV. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. Porto Alegre: ARTMED, 2002, 4a. ed.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. **NBR 6.023**: dispõe da informação e documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

BAVA, S. C. Tecnologia social e desenvolvimento local. In: LASSANCE JR, Antônio E. et al. **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Banco do Brasil, 2004.

BERTHOUD, C. M. E. **Filhos do coração**. São Paulo: Cabral Editora Universitária, 1997.

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da Pesquisa**: monografia, dissertação e tese. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. **Lei Federal Nº 12.010/09, de 03 de agosto de 2009**. Nova Lei Nacional da Adoção. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm>. Acesso em: 07 out. 2018.

BRASIL. **Lei Federal Nº. 8069, de 13 de julho de 1990.** ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em: 07 out. 2018.

BRASIL. **Lei Federal Nº. 9795, de 27 de abril de 1999.** Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 21 de set 2019.

CAMPOS, A. V. D. S. **O menor institucionalizado: um desafio para a sociedade.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1997.

FONSECA, C. **Caminhos da Adoção.** São Paulo: Cortez, 1998.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2012.

GUIRADO, M. **A criança e a FEBEM.** São Paulo: Perspectiva, 1980.

GUIRADO, M. **Instituição e relações afetivas: o vínculo com o abandono.** São Paulo: Summus, 1986.

JOSSO, M. C. **Experiências de vida e formação.** São Paulo: Cortez, 2004.

LEFF, E. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder.** Petrópolis: Vozes, 2000.

LEVINZON, G. K. **Adoção.** São Paulo: Casa do Psicólogo. Coleção clínica psicanalítica, 2004.

LIDNER, A. A. **ADOÇÃO INTERNACIONAL: aspectos psicológicos e papel do psicólogo no processo de adoção.** (Tese). Rio Grande do Sul, 2015.

MAUX, A. A. B.; DUTRA, E. Do útero à adoção: a experiência de mulheres férteis que adotaram uma criança. **Estudos de psicologia**, v. 14, n. 2, p. 113-121, 2009.

MEIRA, P.A. **La Educación Ambiental en el escenario de la globalización.** In: Nuevas propuestas para la acción. Actas de la Reunión Internacional de Expertos em Educación Ambiental, Santiago de Compostela: UNESCO-Xunta de Galicia, 2001. P.99-124.

MOTA, J. C. A Educação Ambiental Estética como uma ferramenta à (re)significação do ser-sensível. In: SEMINÁRIO INTERFACES PEDAGÓGICAS: LICENCIATURAS EM DIÁLOGO: Escola & Universidade: Utopias, Tempos e

Experiências. IV. **Anais...** Rio Grande, 2016.

NASCIMENTO, M. **Modificações trazidas pela lei nacional da adoção: Avanço ou retrocesso?** Campina Grande, 2014. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/8439/1/PDF%20-%20Marc%20elo%20Deodato%20do%20Nascimento.pdf>>. Acesso em: 24 de out. de 2018.

OLIVEIRA, R. R. Os critérios e estratégias utilizados por Assistentes Técnicos Judiciários Psicólogos na avaliação de pretendentes à adoção. 2002.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PAIVA, L. D. **Adoção: significado e possibilidades.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

PORTAL CNJ. **Cadastro Nacional de Adoção.** Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoess/cadastro-nacional-de-adocao-cna>>. Acesso em: 20 set. 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

RODRIGUES, M. C.; COUTO, E. M.; HUNGRIA, M. C. L. A influência dos laudos psicológicos nas decisões judiciais das Varas de Família e Sucessões do Fórum Central da capital de São Paulo. p. 19 – 35. In: SHINE, Sidney (Org.). **AValiação Psicológica e Lei: adoção, vitimização, separação conjugal, dano psíquico e outros temas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

SCHETTINI, L. F. **As dores da adoção.** Editora Juruá. 2017.

SCHETTINI FILHO, L. **Compreendendo o filho adotivo.** Recife: Bagaço, 1998a.

SERAFIM, A. De P. et al. **Avaliação Neuropsicológica Forense.** São Paulo: Pearson Clinical Brasil, 2017.

SILVA, D. B. da. **O Psicólogo como Mediador Durante o Processo de Habilitação para Adoção.** 2015. Disponível em: <<https://psicologado.com/atuaacao/psicologia-juridica/o-psicologo-como-mediador-durante-o-processo-de-habilitacao-para-adocao>>. Acesso em: 15 jul 2019.

STEINER, R. **A arte da educação I: o estudo geral do homem.** São Paulo: Antroposófica, 1988.

VIEIRA, J. M. **Os filhos que escolhemos**: discursos e práticas da adoção em camadas médias. 2004. 214 f. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

WEBER, L. N; MILAZZO, L. H. **Aspectos Psicológicos da Adoção**. Paraná: Juruá, 2000.

